



Gabriel Barros

Economista-chefe da ARX
Investimentos



Devo, não nego, pago quando puder¹

Entre janeiro de 2023 e outubro de 2025, a fila de requerimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deixou de ser um problema técnico para se transformar em um risco fiscal e social de proporções inéditas.

Em janeiro de 2023, havia cerca de 1 milhão de pedidos pendentes; em dezembro daquele ano o número subiu para 1,3 milhão; em dezembro de 2024 alcançou 1,7 milhão; e, em outubro de 2025, a fila atingiu aproximadamente 2,5 milhões de solicitações. Esses números não são apenas estatística. Eles representam pessoas sem renda, famílias em espera e um passivo que, embora invisível nos demonstrativos oficiais, pesa sobre a credibilidade das contas públicas.

Adotando uma hipótese conservadora — que o benefício médio dos requerimentos represados seja equivalente a um salário mínimo — o impacto fiscal torna-se imediatamente palpável. O represamento correspondeu a cerca de R\$ 19 bilhões em 2023, R\$ 22 bilhões em 2024 e R\$ 33 bilhões em 2025 até outubro, **totalizando pouco mais de R\$ 73 bilhões de benefícios não pagos nos últimos três anos (vide tabela a seguir)**. Esse montante, além de traduzir sofrimento social, reduz artificialmente a despesa do INSS e melhora

temporariamente o resultado primário, criando uma ilusão de disciplina fiscal que pode se desfazer de forma abrupta quando os pagamentos forem regularizados ou quando irregularidades exigirem correções.

A explicação para esse acúmulo é multifacetada. Em primeiro lugar, a gestão pública brasileira ainda convive com um perfil marcadamente analógico e descentralizado. Processos manuais, múltiplas instâncias decisórias e fragmentação de responsabilidades nas unidades regionais do INSS ampliam prazos e aumentam a probabilidade de erro. Em segundo lugar, a digitalização, quando existe, muitas vezes foi mal desenhada e executada: sistemas legados, falta de interoperabilidade entre bases de dados e soluções tecnológicas implementadas sem integração adequada geram gargalos que, em vez de acelerar, retardam a concessão de benefícios. O envelhecimento populacional e a consequente maior demanda por aposentadorias e auxílios por incapacidade pressionam ainda mais uma máquina que não foi modernizada na velocidade necessária.

Há também o outro lado da moeda: o risco de fraudes e concessões irregulares. Auditorias e fiscalizações já apontaram indícios relevantes de

Tabela: Quantidade e custo da fila do INSS

	Qtde.	Qtde. * SM (real)	Acumulado do ano qtde. * SM (real)	Acumulado do governo qtde * SM (real)
01/01/2023	1.078.094	1.252.157.482	-	-
01/12/2023	1.282.410	1.558.857.864	18.793.071.032	18.793.071.032
01/12/2024	1.677.347	2.285.032.777	21.756.735.795	40.549.806.827
01/10/2025	2.457.726	3.730.828.068	32.759.193.481	73.309.000.308

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). Elaboração: ARX Investimentos.

irregularidades em benefícios do INSS, com estimativas que alcançam milhões de benefícios e dezenas de bilhões de reais. Esse diagnóstico impõe um dilema difícil: como acelerar a análise e o pagamento de benefícios legítimos sem abrir espaço para pagamentos indevidos? A resposta exige tecnologia bem aplicada, cruzamento de bases e controles automatizados, mas também governança, transparência e capacidade de execução nas instâncias regionais.

A história recente demonstra que é possível conciliar rigor e economia. Programas de revisão e “pente-fino” já produziram resultados expressivos: no passado, revisões bem conduzidas geraram economias da ordem de bilhões, mostrando que auditoria ativa e revisão sistemática reduzem desperdícios e recuperam recursos. Ainda assim, os dados atuais expõem uma incapacidade de gestão que combina dois problemas simultâneos: o represamento de pagamentos devidos e a existência de pagamentos indevidos. Essa combinação corrói a confiança no sistema previdenciário e cria um passivo oculto que, se não for tratado com transparência, pode se transformar em choque fiscal.

As consequências sociais são imediatas e severas. Segurados aguardam sem renda, famílias perdem a estabilidade e a informalidade tende a crescer como mecanismo de sobrevivência. Institucionalmente, o represamento fragiliza a transparência fiscal e abre espaço para práticas contábeis que mascaram a real situação das contas públicas. Episódios passados de acúmulo de passivos fora do orçamento servem de alerta: a repetição de práticas que empurram custos para o futuro mina a credibilidade do Estado e reduz a margem de manobra para políticas públicas essenciais.

A solução pode passar por medidas técnicas e por vontade política. É preciso redesenhar a digitalização do INSS com foco em interoperabilidade, qualidade de dados e fluxos que priorizem casos vulneráveis; ampliar o uso de análise de dados e inteligência artificial para detectar anomalias e acelerar concessões legítimas; e fortalecer a atuação de órgãos de controle e fiscalização, exigindo relatórios públicos e metas claras de redução da fila. Ao mesmo tempo, é necessário investir em capacitação gerencial nas unidades regionais e em modelos de governança

que equilibrem padrões centralizados com execução local eficiente.

Mais do que números, o que está em jogo é a capacidade do Estado de honrar direitos com eficiência e transparência. O acúmulo de mais de 2 milhões de pedidos e o passivo oculto de dezenas de bilhões não podem ser tratados como mera estatística: são um diagnóstico de fragilidade institucional que exige resposta urgente. Modernizar processos, fortalecer controles e priorizar o pagamento de quem mais precisa não é apenas uma questão técnica, é um imperativo democrático. Sem isso, o país corre o risco de ver direitos adiados se transformarem em dívidas que as próximas gerações terão de pagar. 

O texto não reflete necessariamente as opiniões da empresa.

¹Agradeço o suporte de Cléo Olimpio, analista macro da ARX Investimentos. Erros e omissões são, naturalmente, de minha total responsabilidade.

Gabriel Barros escreve a cada bimestre.